



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 93

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 8 DE JUNHO DE 2017

ANO VI



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA Capa

TAQUIGRAFIA

31ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 30 de Maio de 2017

Presidência do Srs.

MAURÃO DE CARVALHO - Presidente
MARCELINO TENÓRIO - Deputado
EZEQUIEL JUNIOR - 2º Vice-Presidente
ANDERSON DO SINGEPERON - Deputado

Secretariado pelo Sr.

JESUÍNO BOABAID - Deputado

(Às 18 horas e 23 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Alex Redano (PRB), Ailton Gurgacz (PDT), Anderson do Singeperon (PV), Cleiton Roque (PSB), Ezequiel Júnior (PSDC), Geraldo da Rondônia (PHS), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lázinho da Fetagro (PT), Leo Moraes (PTB), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PMDB) e Lebrão (PMDB).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Havendo número legal, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 31ª Sessão Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da ata da sessão Extraordinária anterior.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Peço a dispensa da leitura da ata da sessão anterior, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está dispensada a leitura da ata da sessão anterior e determino sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passamos a Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 162/17 PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 121. Cria o Fundo Estadual dos Direitos da Mulher – FUNEDEM.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei Complementar 162/17, votação nominal, o painel está aberto.

O SR. LAERTE GOMES – O encaminhamento do Governo é o voto pela aprovação, voto SIM, senhores Deputados. A base do Governo presente no plenário.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – A votação está parada, Deputado. Vamos discutir depois.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Ailton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretaria: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - Carlos Alberto Martins Manvailer
Departamento legislativo - Huziel Trajano Diniz
Divisão de Publicações e Anais - Róbison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

- Deputado Anderson do Singeperon	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- ausente
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Junior	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lázinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- ausente

Com 15 votos está aprovado, vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário) – PROJETO DE LEI 683/17 COLETIVO. Dá nova redação à Ementa, ao caput do art. 1º e ao art. 5º, da Lei nº 4.059, de 22 de maio de 2017, que “Dispõe sobre a vigilância armada 24 (vinte e quatro) horas nas agências bancárias públicas e privadas e nas cooperativas de crédito do Estado de Rondônia, e dá outras providências”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei 683/17. Em segunda discussão e votação, deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado, vai ao Expediente.

Obrigado, em nome do Salatiel, quero agradecer toda a diretoria do banco Sicoob, cooperativas, são vários bancos que fazem presença no nosso plenário, agradecer a presença de todos e a compreensão por entender e esperar a votação neste plenário. Obrigado, dizer que esta Casa está a vossa disposição.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Agradecer também ao Deputado Jesuíno por ter aberto mão para que o pessoal vai embora satisfeitos e com certeza parabenizar ao Deputado Maurão, também, pelo entendimento que houve, que nós conversando aí para nós foi bom. Então para nós a presença de vocês. Sejam bem-vindos, todas às vezes que quiserem chegar aqui para nós é um prazer. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário) – PROJETO DE LEI 679/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 127. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 500.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado da Agricultura -SEAGRI.

(Às 18h28min, o senhor Maurão de Carvalho passa a Presidência ao senhor Marcelino Tenório)

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de 679/17, de autoria do Poder Executivo/Mensagem 127. Os deputados favoráveis permanecem como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado, vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário) – PROJETO DE LEI 682/17 DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Dispõe Sobre a Notificação Compulsória de Violência Contra a Mulher, pelos serviços de Saúde no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) - Projeto de Lei 682/17, do Deputado Maurão De Carvalho. Em segunda discussão. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado, vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário) – PROJETO DE LEI 658/17, DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 112. Acrescenta o § 3º ao artigo 3º. da Lei nº 1.390, de 15 de setembro de 2004, que “Cria o voluntariado junto ao serviço público do Estado de Rondônia e dá outras providências”.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) - Projeto De Lei 682/17 do Poder Executivo/Mensagem 112. Em segunda discussão e votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado, vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário) – PROJETO DE LEI 627/17, DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 077. Altera dispositivos da Lei nº 1.473, de 13 de maio de 2005, que “Concede crédito presumido nas operações de saída interestadual de mercadoria importada do exterior”.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Projeto de Lei 627/2017 do Poder Executivo/Mensagem 077. Em segunda discussão e votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado, vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário) – Não há mais matérias a ser discutida, senhor Presidente.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Concedo a palavra ao Deputado Jesuíno Boabaid, por 20 minutos com apartes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Nós vamos interromper por 05 minutos a Sessão para tirar fotografia ali com os presidentes e funcionários do Sicoob, aqui no nosso Estado de Rondônia, das cooperativas de créditos do Estado de Rondônia.

(Suspende-se a Sessão às 18h30min e reabre-se às 18h31min)

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Reaberta a Sessão. Com a palavra, por 20 minutos, o Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu peço que retorne meus 20 minutos, por gentileza. Senhor Presidente, cumprimentar todos os parlamentares, todas as pessoas presentes neste recinto. Vim nesta tarde comentar quanto a uma decisão ora proferida pelo Tribunal de Justiça em uma decisão pelo senhor Desembargador Valter de Oliveira, o Polo Passivo é o Ministério Público que entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade quanto ao Ato Normativo, Instrução Normativa 028. Esta Casa aprovou o Decreto Legislativo 697, o qual sustou os efeitos do Decreto que pede, que determina que todos os agentes públicos comissionados, encaminhe para o Tribunal de Contas as informações do Imposto de Renda. O Desembargador deferiu a liminar com base de que o Tribunal de Contas, ou seja, o Ministério Público argumentou que ocorre que a Instrução Normativa 28/TSE/12, no cumprimento das leis federais 8.730/93, 8.429 fixou no artigo 3º, o prazo de 30 dias após a data limite estabelecido para entrega da Declaração de Imposto de Renda à Receita Federal, significando isso que o Decreto Legislativo censurado, promulgado que fora no corrente ano, buscou sustar a obrigação já em curso. Dizer ao nobre Desembargador que tais normas são de âmbito federal. O Tribunal de Contas, com esse ato, com essa Instrução Normativa está legislando, está fazendo uma lei, através de uma Instrução Normativa e está determinando que os servidores façam tal medida. Em nenhum momento existe uma lei de cunho, ou seja, que passou pelo crivo deste plenário, de autoria do Executivo ou dos próprios parlamentares que determinou que o Tribunal de Contas fizesse tal ação. O Desembargador fundamentou na sua decisão de liminar com argumento nessas normas federais. Só que quem é obrigado a apresentar são os servidores de âmbito federal, não estadual. Por esta feita, já conversei com o Procurador desta Casa, que faça os devidos recursos pertinentes para que possa levar tal matéria ao pleno e caso haja o não entendimento, faço o devido recurso pertinente também ao Supremo Tribunal Federal. Porque é inaceitável, é incabível aceitar que o Tribunal de Contas comece a legislar. Ou seja, através de Resolução, através de atos normativos, Instrução Normativa e que o maior peso que uma lei, hoje uma Instrução Normativa do Tribunal de Contas tem mais força do que uma lei. É realmente colocar, ou seja, desmerecer a Assembleia Legislativa, este Poder Legislativo. Então por isso eu já pedi ao próprio Procurador da Casa que faça os devidos recursos pertinentes para que seja discutido por todos os Desembargadores, com essa informação, que em nenhum momento houve uma lei estadual que autorizou o Tribunal de Contas requisitar tais informações. Se me apresentarem uma norma estadual que deu essa autonomia para o Tribunal de Contas criar uma Instrução Normativa desta monta, eu sou o primeiro a apresentar um Decreto Legislativo para sustar os efeitos desse 687.

Eu queria falar quanto à discussão que ocorreu, discussão não, Rondônia Rural Show, maravilha de Rondônia Rural Show. Novamente eu assisto o interior avançando de tal forma, realmente fazendo fomentar a economia local, fazendo

girar realmente grandes empréstimos, mas eu pergunto aqui: e a nossa capital onde fica? Cadê nossa Expovel? Eu queria entender por qual motivo o governo estadual cria esses grandes eventos no interior e a nossa capital fica esquecida. Eu queria fazer essa pergunta para o Governo do Estado de Rondônia. Ao povo de Rondônia que ainda tem como capital Porto Velho, por qual motivo esse preconceito com a nossa capital? Eu pergunto ao Governador, ao Executivo: fizeram a PORTOAGRO, que foi iniciativa do município e com a participação ínfima por parte do Estado, acabaram com a EXPOVEL, que lá agora ficou uma situação de que o Motocross lá, os motoqueiros fazem o treino. Mas o que aquela área ficou praticamente abandonada. Porto Velho hoje, a Flor do Maracujá, o ano passado a gente destinou Emenda para fazer a Flor do Maracujá e não conseguiram efetivar, eu o Deputado Léo Moraes e outros Deputados mandaram aporte financeiro para a Flor do Maracujá que não ocorreu e a cada ano eu vejo Porto Velho ser esquecida, ser abandonada. Por qual motivo? Nós temos 05 Deputados de Porto Velho, que residem em Porto Velho e que eu não vejo esse prestígio que o Governo tem com os Deputados do interior com os Deputados aqui da capital. Eu já fui cobrado por várias pessoas: Deputado cadê a nossa EXPOVEL? Porque que é só o interior? E pasmem senhores, o maior rebanho de vaca, de boi, é de Porto Velho. O maior rebanho é de Porto Velho. E porque essa diferença, Capital Ji-Paraná? Tudo bem, o Governador é de Ariquemes, os Deputados lá em Ji-Paraná prestigiam ali o eixo central, mas eu não vou permitir isso em não poder falar, ou seja, eu não vou poder me calar em não cobrar que o Governo volte a dar um olhar, uma atenção para Porto Velho. Porto Velho hoje você entra ali no início de Candeias causa uma vergonha. O DNIT abandonou aquela área central onde fica a BR, é mato para tudo que é lado, você vê esses viadutos é uma vergonha falar que aquilo é viaduto e ainda temos que aceitar ir lá para Rondônia Rural Show bater palma: oh! Que lindo! A gente vê aquilo tudo, mas Porto Velho ficando esquecida. O maior colégio eleitoral sendo esquecido, sendo esquecido. Eu vou defender sim a nossa Porto Velho, a minha Porto Velho, que eu sou de Porto Velho, nasci nessa terra, sou rondoniense, e como Deputado Estadual não vou me calar jamais em não cobrar ações positivas também no que tange a questão desses eventos para fomentar também a economia local, para fomentar também a questão de ter um olhar diferente para a nossa Porto Velho. Então, era isso que eu queria falar, eu ouvi o discurso do Deputado Laerte Gomes, ouvi o discurso de outros Deputados aqui, mas, a cada ano que passa a nossa Porto Velho fica mais esquecida. Eu vi no primeiro Ato que foi do Governo encaminhar Mensagem inicial de trabalho foi que a Segurança seria tratada de forma diferente, que o Governo iria fazer uma cooperação com o novo Prefeito para dar uma nova cara a nossa capital, mas já quase seis meses de mandato do Prefeito eu não estou vendo essa cara toda não, eu não estou vendo ainda essa cara que fora prometido pelo Governo, vamos cobrar. Porque interior é estrada, asfalto, eu estou vendo, estrada, asfalto, ponte, e Porto Velho esse abandono, esse caos generalizado, esse abandono, esse caos generalizado. Uma ponte que eu pedi para o Ezequiel Neiva,

uma ponte não, eu pedi para o Ezequiel, o chefe do DER que fizesse uma estrutura para consertar a entrada ali fica do bairro Nacional, até o presente momento nada foi feito, mas eu vejo toda hora na internet é construção de ponte, é estrada, é asfalto no interior e Porto Velho, abandonada. Eu quero ver no mandato ou quem fosse colocar, postar, havia uma reeleição ter a cara de pau de vir: Nossa, eu apoiei Porto Velho! Eu quero ver, eu quero ver quais foram às obras de grande magnitude que Porto Velho foi feito aqui? Mas, ainda é tempo para a gente rever essas ações, ainda é tempo. Eu não gosto de criticar não, quando eu gosto de criticar eu gosto de criticar de forma pontual, pontual. Mas já é a segunda vez que eu vejo aquele Evento Rondônia Rural Show, é a 8ª, muito boa, muito bem organizada, faltaram alguns pontos que é a questão do horário que os próprios comerciantes falaram o porquê acabar às 18h00. Mas a gente não pode esquecer Porto Velho gente. A gente tinha a EXPOVEL, a gente tinha a Flor do Maracujá, a gente tinha grandes eventos que está se esquecendo, que está realmente se acabando. Fica aqui a minha indignação, bem como o meu pedido que o Governo olhe pelos portovelhenses.

Outro ponto que eu quero falar...

O Sr. Léo Moraes – Permita-me um aparte Deputado, para contribuir com esse debate?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pois não Deputado.

O Sr. Léo Moraes – Primeiro parabenizá-lo pela defesa incessante de Porto Velho, fazer algumas considerações que foi comentado a respeito da Rondônia Rural Show, um evento que fica cravado no centro do Estado que tende a prestigiar de forma equânime em todos os municípios. Uma observação que as grandes feiras no restante do país, muitas delas, elas começam no início da tarde e perduram até a noite. E nós temos um calor que é avassalador, ele realmente judia das pessoas, isso certamente prejudica até mesmo o montante de negócios a ser realizado. Então, poderia também ficar uma sugestão para o Governo estudar a possibilidade de iniciar no começo da tarde e se estender até o período da noite. O Deputado está certo em comentar a respeito do nosso rebanho, nós temos, por exemplos, distritos que na sua totalidade tem mais rebanho do que propriamente a grande maioria dos municípios do nosso Estado, haja vista, a Ponta do Abunã que sozinho tem o 7º maior rebanho do Estado de Rondônia, é uma grandiosidade. Nós temos produção de cem mil litros de leite em união Bandeirantes; nós temos todos projetos piloto e modelo de produção de hortaliças e frutas, a exemplo de banana na União Bandeirantes, abacaxi, melancia no Baixo Madeira, nós temos reservas e agroindústrias também no setor extrativista no Baixo Madeira, como Calama o babaçu, castanha e farinha em Demarcação, isso é extremamente importante. Expovel, nós temos que também entender a necessidade do próprio município fomentar com a iniciativa privada; nós já tivemos a maior e melhor festa agropecuária de eventos culturais do Norte. O Deputado Jesuíno assim como nós, contribuímos para que realizasse esse ano a Flor do Maracujá, Deputado, foi emenda

de nossa autoria que deu condições de aquisição do palco, da arquibancada, da iluminação. Então, eu queria aproveitar esse momento para cobrar das autoridades a realização de eventos culturais, manifestações folclóricas, nós estamos aqui em plena realização do Flor do Cacto, é o maior arraial da zona sul e o 3º maior de Porto Velho e do Estado de Rondônia e que pouco tem o apoio estatal; o Deputado Jesuíno colaborou, eu também colaborei e sou sabedor disso. Temos raia leste, nós temos a Festa da Melancia, nós temos a feira e a Festa do Laço, nós temos a Festa do Tambor na Ponta do Abunã, nós temos muitas e muitas atividades que estão inseridas no calendário oficial do município, porém, não tem incentivo, o apoio e também envolvimento da iniciativa privada. Então, fica aqui o pedido para que a própria administração municipal e nós podemos interceder, sente com o Governo do Estado para que a gente volte a fazer, realizar a nossa Expovel juntamente com a Feira de Negócio, que foi a tentativa da Portoagro, que eu acho que ainda não eclodiu da forma adequada. Então, parabéns Deputado Jesuíno e eu queria fazer esse registro e dizer que tanto Vossa Excelência, quanto, tanto os outros Deputados de Porto Velho estão abertos a este debate, principalmente a realização.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Obrigado Deputado Léo, também é de Porto Velho vem fazer uma defesa aguerrida também no que tange a questão das condições, do Governo também prestar esse mesmo atendimento ao interior. Eu vejo esta cobrança constantemente, também incessante nestas matérias.

O Sr. Adelino Follador – Um aparte Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Adelino.

O Sr. Adelino Follador - Eu quero parabenizar o Deputado Jesuíno, o Deputado Léo fazer esse pronunciamento, inclusive defendendo esta questão das agropecuárias, dessas exposições que é muito importante para incentivar, para orientar aonde tem as palestras, os agricultores, estimular, trazer as agroindústrias para que elas vendam os seus produtos, que eles demonstrem os seus produtos; então é muito importante. Agora, nós também, há um questionamento no interior, não só em Ji-Paraná, mas no Estado todo; as outras exposições, está aqui o Deputado Marcelino, inclusive eu acho que Ouro Preto está até desistindo de fazer a festa pelo que eu ouvir falar. Muitos municípios estão desestimulados, acho que a festa em Ji-Paraná foi muito boa, está de parabéns o Governo do Estado, eu não sei o tamanho que foi envolvido, quanto foi o investimento. Mas, está sendo dificultado o recurso para todas as exposições, Deputado Jesuíno, todas as exposições, está dificultando, não tem recurso e aí está centralizando todo os recursos lá naquela exposição em Ji-Paraná. E, além, disso está criando um mal-estar. Por quê? As empresas que faziam exposição nas agropecuárias, nas festas agropecuárias, elas pagam e com esses recursos que eles conseguem fazer aquela movimentação, lá em Ariquemes, por exemplo, e outros municípios também, Ji-Paraná também. Agora, todo mundo vai de graça, de graça entre aspas, o Estado, o Governo paga com

dinheiro público e lá vai tudo de graça, aí eles deixam de ir na exposição porque eles já fizeram o negócio deles, Deputado Marcelino. Então, há um questionamento também se a gente, esse custo desta festa, essa estrutura que foi montada e desestimulando as exposições dos municípios. Então, tem que avaliar isso, eu acho que é um caso muito importante, eu acho que essa exposição, a SEAGRI, a EMATER trabalharam quatro meses praticamente em função dessa Exposição, os investimentos que são feitos, parece que o ano todo é falado só dessa Exposição e aí a gente vê também ficando em segundo plano, desincentivando inclusive aquilo que o Deputado Léo falou, do pessoal se reunir, a rede privada, os comerciantes, de estimular para fazer um Parque de Exposições aqui e criar esse espaço de diversões, não só diversões, mas principalmente essa Exposição que o pessoal tem a oportunidade de fazer. Então, há um questionamento que eu acho que tem que vir para a Tribuna e eu concordo plenamente Deputado Jesuíno, essa sua preocupação, mas as Exposições em Ariquemes esse ano, não vão ser possíveis fazer nenhum convênio, nem as emendas nossas não foram liberadas. E já definiu o Procurador Geral que não vai liberar, a não ser que todas as Exposições mudem o estatuto e que altere tudo que eles querem, não é possível alterar, então, está aí Deputado. Lá em Machadinho também; todos os municípios estão em dificuldades para fazer essas festas, hoje Ariquemes, faz porque tem uma estrutura bem-feita. Mas essa preocupação Deputado Jesuíno, nós vamos ter que de repente começar a analisar os pros e os contras, uma exposição dessas, o custo disso até gostaria, Deputado Laerte falou que até ia fazer um requerimento para saber quanto custou uma festa dessa para a gente ter uma noção para ver se compensa, porque nós estamos desestimulando todos os empresários a investir nas agropecuárias dos municípios, e aqui em Porto Velho, como a gente ainda não tem um parque, não tem estrutura, vai ficar mais difícil ainda surgir porque todas essas indústrias, eles já foram expondo lá a custo zero para eles, mas para o povo não, obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Só para finalizar trinta e cinco, ainda tenho um tempo razoável trinta e cinco segundos. Amanhã, quero fazer um convite, amanhã não, quinta-feira, dia 01 de junho será discutido aqui a LDO. Eu vou até pedir ao Deputado Cleiton Roque, Presidente da Comissão de Finanças, que dia 01 se Vossa Excelência não tiver aqui presente deixe o seu chefe de gabinete, a chefe de gabinete presente porque nós iremos discutir a LDO. E a LDO, eu quero chamar o Judiciário, eu quero chamar o Ministério Público, eu quero chamar todos os presentes para debater a LDO. Que a LDO que é a carta como fosse a Constituição, que vai dar o norte para LOA. E hoje, eu fiquei mais feliz ainda em ver novamente o Judiciário trazendo e esta Casa, um aumento para os servidores, a RGA, todo ano o Judiciário, o Tribunal de Contas, o Ministério Público dá a RGA. E eu queria perguntar Deputados, tudo bem que o orçamento deles, é o orçamento deles, eu fico me perguntando às vezes, e os demais trabalhadores do Estado? Dois anos sem a RGA e salvo engano, não vai ter RGA esse ano. A fonte que sustenta toda essa máquina, eu queria me perguntar, não é a Fonte 100? Neste momento de crise que nós estamos pas-

sando, hoje você falar em aumento para todos os aspectos é dizer que eu tenho caixa, eu queria me perguntar, eu quero fazer essa indagação, então, o Judiciário tem gordura suficiente para queimar então, mas é porque o orçamento deles é volumoso, o orçamento deles é volumoso. Enquanto o Ministério Público já deu dois aumentos, o Tribunal de Justiça já deu dois aumentos RGA, o nosso Estado não dá o devido, nem a reposição, não é? A RGA, o Reajuste Geral Anual. E por isso que essa discussão da LDO é importante para a gente conhecer profundamente como é que está sendo tratado nossos recursos, eu quero entender tudo isso, não sou especialista nessa área, não sou especialista, conheço muito da matéria militar, mas é importante a gente passar essa informação, porque fica difícil hoje a gente falar para os servidores do Estado de Rondônia, que não terá aumento novamente enquanto o Tribunal de Justiça está dando aumento aí, eu só li a mensagem, mas acredito que deve ser bom. Como fica então, a cabeça dos servidores públicos do Estado de Rondônia? O George não sei se vai se encontrar presente no dia, mas vai ser um debate bom, que nem contratação ele está podendo contratar porque toda hora está atingindo a LRF, LRF e aí, não aumenta nada para ninguém, nem um centavo, não contrata, é difícil, é difícil. Mas, hoje, eu novamente fiquei feliz porque eu não vou ficar triste em ver um servidor ser valorizado, mas a gente tem que entender toda essa mecânica, todas essas questões porque, por que eu digo isso? A saúde está uma desgraça, a educação uma porcaria e a segurança pública um caos. Todo mundo tem que sangrar nessa hora Deputados, todo mundo, tem que acabar com essa falácia, com esse corporativismo, se é para sangrar, sangra todo mundo. Quando o Governo sair dessa crise que a toda hora quer reforma previdenciária, é reforma de tudo que é jeito, a gente começa a discutir aumento salarial, a gente começa a discutir outras questões. Mas vir dizer, vir dizer dessa forma que um pode, mas o outro não pode, ah esse aqui pode porque tem isso, mas quando faltar, vai pegar da onde? Da fonte mãe, da fonte 100, temos que discutir essa LDO, temos que debater de forma profunda as contas do Governo com todo mundo, com todos; Assembleia, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público, todo mundo. É por isso que dia 1º eu peço que todo mundo participe dessa discussão viu deputado Anderson, o senhor que é sindicalista nós iremos debater a LDO, e aí eu quero entender como é que está a gordurinha de cada um, como estão as finanças de cada um, por que esse aumento é dado hoje, amanhã não tem, aumenta de novo. Como é que vai ficar as contas do Estado? Eu quero entender até para a gente poder defender uma tese que é, a tese não, defender os servidores, falar com propriedade todas as ações governamentais, bem como dos poderes que ora tem o recurso, que o Tribunal de Justiça é 11%, essa Casa é 4.80, setenta e pouco, o Ministério Público é 5% do orçamento, já pensou? É algo que a gente tem que debater e não vou, como é que eu falo para vocês? A gente teve diversas audiências aqui, Tribunal de Justiça o desembargador mete-lhe a caneta obrigando que contrate médico, que faça compra de medicamento, que faça uma série de coisas. E aí está o George falando; não tenho recurso, não tenho dinheiro. Como é que fica essa situ-

ação? Um determina tem gordura para queimar, o outro diz que não tem, a gente tem realmente começar a debater Estado, tem que começar a debater prioridades, é isso que a gente tem que começar a falar. É muito fácil eu canetar aqui, determinar; faça, cumpra-se. Mas se eu não tiver de onde tirar? Como é que fica essa situação? Então a gente tem que começar a entender esse orçamento, a entender o financeiro, que orçamento é diferente de financeiro, tá gente? Orçamento é fictício, o financeiro que a gente tem que apurar através de que? De receitas, essas receitas através de impostos, de tributos. Mas era isso que eu queria falar Presidente, até para não me delongar, dia 1º, às 9 horas da manhã, iremos discutir a LDO no plenário desta Casa e tudo foi proposta essa discussão por contas dos aprovados que estão aguardando da Polícia Civil, da Polícia Militar. E o argumento do George é que não tem orçamento, que não tem financeiro, que já chegamos no limite prudencial e aquele sempre discurso. Então por isso que eu estou chamando a Polícia Judiciária, que é um braço também do Judiciário, do Ministério Público que eles venham também para a gente debater isso, quem sabe a gente pode chegar num denominador, a gente chegar num orçamento em reduzir, fazer qualquer situação para salvaguardar o direito da coletividade, que é o que? A segurança pública, ta? Obrigada.

(Às 18h58min, o senhor Marcelino Tenório passa a Presidência ao senhor Ezequiel Junior)

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Parabéns deputado Jesuíno pelos temas trazidos a tribuna nesta noite. Ainda no Grande Expediente, tendo direito a vinte minutos, com apartes, o ilustre deputado Marcelino Tenório, grande líder de Ouro Preto e região, e Machadinho também.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Boa noite senhor Presidente, senhores Deputados, imprensa, e senhores na galeria desta Casa. Apesar de tudo que vem acontecendo dos últimos dias em nosso país, como falou ontem o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, que parece que nosso país está igual aquele Programa do Casseta e Planeta que tem aqueles produtos tabajara, que vende tudo falsificado. Isso é muito ruim, uma pessoa da sua estatura, o órgão que tem a responsabilidade de conduzir o nosso país quando se fala na parte jurídica, falar isso deputado Geraldo da Rondônia, é muito difícil mesmo. Então o que vai soar nos outros países que estão nos ouvindo? Os 11 ministros falando isso do nosso país, é muito difícil, é muito decepcionante, eu acho que eu já falei nessa tribuna e volto a falar novamente eu acho que nós não temos sangue de brasileiro. A imprensa quanto mais pior, melhor, e parece que as pessoas não entendem que isso é um país, que tem de investigar? Tem, mas você tem que fazer tudo para fazer o melhor, não denegrir a sua imagem, é como o pai denegrir a imagem do seu filho. Infelizmente é isso que nós estamos vendo hoje no noticiário nacional a cada dia. Mas tudo não são coisas ruins, o Brasil é muito forte, a população brasileira é muito trabalhadora, por isso que ainda estamos de pé, se não, nós estaríamos pior do que a Bolívia. Mas existe muitas coisas boas, como esse final de semana, aqui já se

falou vários deputados que me antecederam, da Rondônia Rural Show em Ji-Paraná, 6º Rondônia Rural que aconteceu do dia 24 ao dia 27 um evento que vem crescendo a cada ano, e por que ele vem crescendo a cada, já é a 6ª? Exatamente iniciou com Anselmo de Jesus, já é a 6ª Rondônia Rural Show, eu estava contando só os 04 anos do Padovani, foram 02 anos com o Anselmo de Jesus que foi um dos iniciantes da Rondônia Rural Show, e porquê ela está crescendo? Rondônia independente das crises que está assolando o nosso país ela está em desenvolvimento, está em desenvolvimento em todos os segmentos, segmento da indústria, do comércio e da agropecuária em geral, aquele que cria uma galinha, aquele que cria cem mil bois no Estado de Rondônia, é por isso que o nosso Estado, graças a Deus, está firme pagando as suas contas em dia porque tem um Estado pujante e uma população que trabalha, e esse evento cada dia mais crescendo. Porque a cultura de campo que é a soja, é o milho, o sorgo, o arroz, a cada dia a expansão está crescendo e a demanda de equipamentos cada vez mais sofisticados, cada vez com capacidade de produção. Ali em Ji-Paraná tinha uma máquina lá que ela tinha capacidade, Deputado Follador, de processar, colher por dia 480 sacos de soja por dia, mas existe uma plantadeira que foi apresentada na Bahia Rural Show, lá em Luis Eduardo Magalhães, é uma plantadeira de 40 canais que ela planta 220 hectares por dia de soja, milho ou arroz, então isso é que Rondônia está buscando, trazendo a alta tecnologia para o nosso Estado em todos os segmentos, também a genética de todos esses produtos, da produtividade de soja, de milho, de arroz, de cacau, de café, de leite, de boi de corte, de pequenas culturas como o inhame, mandioca e outras demais culturas. Então é ali que as pessoas visitam e as pessoas se deslumbram com o que está acontecendo no Estado de Rondônia e faz com que o empresário rural comece a fazer seus investimentos e fazendo isso vem a geração de empregos, vem a geração de renda e a geração de riqueza para o nosso Estado de Rondônia. Porque se fala muito aqui, Deputado Anderson, V.Exª que é um dos representantes do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de Rondônia, necessita de melhores condições para eles sim, a Polícia Civil também, Polícia Militar que nós estamos com deficiência nessas três áreas que é a segurança do Estado de Rondônia, a educação, a saúde, transporte, pavimentação e tudo o mais, mas precisa de onde vem esse recurso e esse recurso estava ali em Ji-Paraná. Eu sempre falo, se o agronegócio parar 30 dias o Estado quebra porquê de cada centavo, de cem reais que o Estado recolhe de receita aproximadamente 60 é proveniente desse segmento porque ele faz parte de um grande segmento, quando você planta soja você compra herbicida, você compra a semente, você paga funcionário, você paga trator, você gasta combustível, você gasta mecânica e tudo o mais, então ele movimenta o mercado todinho e não é diferente de outras culturas, e ali foi demonstrado as pequenas agroindústrias, agroindústria de leite, outras de café, outras doces variados doces, de chocolate, e demais empreendimentos, pequenos empreendedores naquela Rondônia Rural Show. Como eu falei, os grandes empresários, os pequenos e médios nós temos que tirar o chapéu e parabenizar eles, Deputado Anderson, Deputado Adelino Follador, por essa

vontade, essa coragem de produzir, que as vezes você olha para um Brasil quando você vê a parte política brasileira e a parte administrativa deste país as vezes o cidadão olha nisso 'o que é que eu vou produzir, para quê? Para o meu dinheiro que eu pago imposto sumir, desaparecer? Porque é isso que nós estamos vendo, é estarrecedor. Ontem mesmo saiu no G1 a Bahia, o Ministério Público denunciando os Procuradores do Estado, quase 500 milhões de reais não se sabe com o que foi feito, isso é inconcebível, Deputado Follador, e quando você vai para a parte da política pior ainda porque a política é um jogo e quando você entra nela você usa as armas que você tem, mas com o Congresso Nacional da maneira que se encontra lá, um Congresso que trata da seguinte situação, você me paga que eu voto, essa é a palavra até 2014, mas mesmo assim até 2016 as pessoas estavam recebendo dinheiro das empresas. Então parece que o brasileiro perdeu a noção do que é certo, do que é errado, então esse país, não sei que direção nós vamos tomar. Mas as pessoas que compõem esse país... É o poder público que tem de melhorar mais essa condição de trabalho e principalmente de política, eu vejo muitas pessoas discutindo a Reforma Tributária, a Reforma Previdenciária, já falei e estou falando novamente pela terceira vez, a reforma, a mãe da reforma é a Reforma Política, e até agora nada foi feito, não foi dado um passo à frente. Será que nós vamos continuar novamente com a mesma de fazer política, podendo ter mais cinco, dez ou quinze partidos, partidos não! Siglas partidárias, porque virou um comércio, as delações estão aí dizendo. Se pelo menos aquele partido que defende um segmento, o segmento do agronegócio, está lá o dono da JBS, está lá os grandes empresários do agronegócio de frango, de boi, de soja e você defende esse segmento, que eles possam sim ajudar você, para você gastar nas suas eleições, não da maneira que está sendo feita, faz uma lei para mim para me prevalecer que eu te ajudo, não! Você tem que fazer isso universalmente para que todo mundo tenha, se sinta beneficiado daquilo, daquela que estão sendo criada, não por um ou dois grandes empresários desse país. Infelizmente pouco foi feito nesses últimos anos com a nossa política brasileira, vendendo as leis, é muito complicado um país se seguir nessa mesma direção. Mas aí eu quero parabenizar aqui o Governo do Estado, toda a sua equipe de trabalho; o Secretário Evandro Padovani; também a sua Adjunta Mari e todos os funcionários da Emater; da Seagri; Suder e demais, Basílio que é da Suder e demais pessoas envolvidas naquele trabalho da Rondônia Rural Show, que ali está se mostrando o que é bom da Rondônia, o que é bom, as pessoas que querem trabalhar. Então parabenizar toda essa Secretaria de Estado juntamente com todos os seus funcionários. A Emater através do Chiquinho, a Ceplac representada também pelo Cacildo, o Idaron representado pelo Anselmo de Jesus, o Ministério da Agricultura por Valterlins e a Embrapa que nesse momento não me recordo qual o seu superintendente, e agradecer também ao nosso Governador Confúcio Moura. Mas antes de encerrar, eu queria também falar aqui um pouco do que o Deputado Jesuíno Boabaid... Dentro do seu discurso aqui nessa tribuna. Porto Velho sempre teve essa festa grandiosa que foi; que é a festa Flor do Maracujá, isso é tradição pessoal, deveria e tem que ser que o Estado juntamente com as empresas de Porto Velho, juntamente com a Prefeitura Municipal que se unam, para que

se façam uma festa cada vez mais bonita, para que as pessoas de Porto Velho sintam orgulho de ser portovelhense, e infelizmente parece que as pessoas não compreendem isso, ah, não pode ter dinheiro público em festa, aí eu pergunto Deputado Adelino Follador, quanto às exposições, não se pode ter mais dinheiro público nas exposições, mas tem que ser portão aberto, aí agora Deputado Adelino Follador, diante dessas, de o senhor começar a perceber, a Rondônia Rural, o dinheiro é público, aí eu vou querer saber Deputado Adelino Follador, se as empresas que estão com os seus estandes dentro da Rondônia Rural Show, se elas pagaram por seus estandes, aí vou querer saber. Porque elas estão ali para ganhar dinheiro, para vender todo o tipo de maquinário que tem, e o Estado tem que dar o espaço para ela, não! Já que não pode dar recursos para as pequenas exposições, agropecuárias que as associações cuidam para beneficiar o pequeno produtor rural, por que o Estado tem que fazer isso para as grandes empresas? Amanhã Deputado, nós vamos fazer um ofício solicitando ao Secretário de Estado o senhor Evandro Padovani, se àquelas empresas que participaram da Rondônia Rural, se elas pagaram por seus espaços que elas tiveram o seu direito, porque o pau que bate em Chico serve para Francisco também. Agora o pequeno produtor rural, dessas pequenas cidades está lá Ouro Preto do Oeste para receber 150 mil reais, não pode Deputado Adelino Follador, uma festa que custa mais de um milhão e duzentos mil reais, está lá. Um aparte para o Deputado Adelino Follador.

O Sr. Adelino Follador - Parabenizar o Deputado Marcelino, pelo seu pronunciamento. Fazendo uma reflexão sobre a situação que se encontra nosso País e também principalmente aqui a questão dessas feiras. Eu falei que, é um questionamento, a última reivindicação, inclusive nós tínhamos uma emenda par ao concurso leiteiro, que é feito de dia, é aberto, lá na Exposição lá em Ariquemes. Aí não tinha, através daqueles SISPAR, que nós aprovamos nesta Assembleia, então criou tanta exigência. A última exigência agora, eles querem que mude o estatuto, que se um dia a Associação deixar de existir que passe os bens para o Ministério Público. Uma coisa que não existe! Se um dia, você sabe que todas as Associações que é dono é o sócio. Tanto se der prejuízo ou der lucro é do sócio. Não tem rateio, mas é sem fins lucrativos, que aquilo que eles investem é para estrutura. Então umas exigências, inclusive o próprio Presidente lá da Associação em Ariquemes desistiu, porque todas as alterações que eles querem que faça no estatuto os sócios não concordam mais porque eles estão querendo que passe tudo já para eles. É uma exigência tão grande, inclusive nós precisamos sentar e ver essas exigências, porque criaram esse SISPAR é para dificultar, para não liberar os recursos. A gente vê que só cria, a gente consegue superar um obstáculo, eles criam outro. E aí, nessa Exposição em Ji-Paraná parece que não houve nenhum obstáculo, houve uma facilidade, tudo era possível. O DER ficou trabalhando não sei quantos meses, a SEAGRI trabalhou não sei quantos meses, dinheiro não faltou para tudo e esse questionamento seu é muito válido, se as empresas pagaram alguma coisa. Porque pelo que a gente está sabendo, é que eles lá não pagam e aí acaba não querendo ir mais às exposições porque a capacidade de endividamento de quem ia comprar já preencheu. Ninguém mais tem capacidade para poder

financiar nada nessas exposições. E o que eu, a exposição tocava era em cima desse trabalho que fazia com a rede bancária, financiando e pegando os tributos. Então é uma coisa diferente, parece que de um lado pode tudo e no outro não pode. Infelizmente está acabando com as pequenas festas nos municípios, onde era, além de fazer lazer, promover o lazer, também era negócios, era muito importante. Era uma concentração de pessoas, principalmente os agricultores, peões que trabalham no campo têm, participam da cavalcada, participam da festa com a maior alegria e para os municípios eram uma maneira de estimular a economia de cada município. Então parabenizar, Deputado Marcelino, pelo seu pronunciamento, sempre quando vem para a tribuna o senhor traz mensagens, com certeza, muito importantes para a sociedade de Rondônia. Parabenizar pelo seu pronunciamento. Obrigado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Obrigado, Deputado Follador. Vossa Excelência que é conhecedor também de fato desse segmento muito importante do Estado de Rondônia. Mas como eu falei aqui, festa folclórica de Porto Velho, Flor do Maracujá tem que existir e existir cada vez buscando ser melhor, porque quando ela começa a melhorar vem o turismo para Porto Velho, e isso não pode acontecer. Eu acho que o Estado de Rondônia tem que ter esse pensamento, setor de turismo, juntamente com a Prefeitura, os empresários, Deputado Anderson do Singeperon, e fazer essa festa brilhar cada vez mais. Porque é como eu falei, para Porto Velho ter orgulho, a população de Porto Velho ter orgulho de ser portovelhense. E aí, como eu falei, Deputado, para que nós possamos fazer esse encaminhamento para ver se essas empresas que participam da Rondônia Rural, se elas pagam por estar ali presentes. E só para poder esclarecer para os senhores, ali conversando com o pessoal do sistema Sicoob, que são várias cooperativas de créditos do Estado de Rondônia, foram as propostas no Sicoob chegaram à cifra de R\$ 34 milhões, fora os outros Bancos, do Brasil, o Banco BASA, a Caixa Econômica e demais Bancos presentes na feira agropecuária em Ji-Paraná. E Deputado Follador, eu fico muito assim triste quando você vê um segmento desses. Eu vou falar aqui só do boi de corte, que valor o segmento tem. Rondônia abate sifado, por ano, hoje, aproximadamente hoje em torno de dois milhões e cem mil a dois milhões e duzentas mil cabeças. Se você colocar isso em média de R\$ 2 mil por animal vai dar quatro bilhões e quatrocentos milhões de reais, aproximadamente. Você imaginou, aí quando você vê a crise agropecuária nos nossos pequenos municípios, que às vezes precisa de R\$ 50 mil, R\$ 100 mil, que você, quando juntar o montante todo, pode ser que chegue a R\$ 10 milhões, é quando se refere a quatro bilhões e quatrocentos milhões de reais num segmento que gera energia, transporte, combustível, peças, automóveis novos, funcionário. Aí o tanto de ICM que, eu estou falando de um segmento só, e aí as pessoas dizem que não podem arrumar R\$ 100 mil para fazer uma feira agropecuária em Ji-Paraná ou R\$ 200 mil em Ariquemes, infelizmente isso é uma vergonha. Eu só queria que esse segmento parasse 30 dias. Deixe ele cruzar os braços 30 dias para ver se o que vão fazer no Estado de Rondônia. Eu quero ver o que vai acontecer, porque quando você pede mixaria que não chega nem a isso, quando a gente junta tudo tem dois, três milhões de reais para poder dar um suporte a agropecuária as pessoas não querem que isso aconteça, mas querem sim, que o produtor rural trabalhe e gere renda e riqueza, isso sim. Aí querem que façam. Eu vejo aqui Deputado Follador, como vem aqui muitas Criações

de Fundos, rapidinho vota, rapidinho aquela entidade gana dois, três milhões de reais ligeirinho, e não é só para um ano só não, isso é para o resto da vida, a não ser que nós nos juntamos e como se diz, revogamos a Lei. Agora, para o agronegócio, infelizmente, quando se pensa em dois, três milhões de reais para atender as necessidades das pequenas associações de produtores rurais do Estado de Rondônia é um caos. Não existe, não pode, aí coloca um monte de empecilho e isso aos poucos está acabando. Jarú, já o terceiro ano não faz sua feira; Pimenta Bueno, também não; Ouro Preto, estava para não fazer, vai fazer uma feirinha pequena Deputado Follador, para não passar em branco, mas é tudo recurso das pessoas, nada do Estado, então, isso não é bom, quando o Estado deixa de investir naquele segmento que gera renda e riqueza ele está dando um passo atrás e é ruim para o nosso Estado de Rondônia.

Presidente, muito obrigado pela paciência e era isso que eu queria trazer nesta tarde de terça-feira aqui na Assembleia Legislativa. Muito obrigado, boa tarde a todos.

(Às 19h21min, o senhor Ezequiel Junior passa a Presidência ao senhor Anderson da Singeperon)

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Ainda no Grande Expediente, Deputado Adelino Follador com 20 minutos, com apertes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sr. Presidente, Deputado Anderson, para nós é um prazer hoje na Presidência; Deputado Marcelino Tenório, a imprensa aqui presente, para nós é um prazer muito grande mais uma vez vir à Tribuna falar alguns assuntos importantes. Nós achamos que hoje foi uma Sessão muito produtiva e nós queremos falar sobre um assunto que foi comentado hoje na Comissão de Constituição e Justiça, onde eu sou relator de um Projeto que “institui o Certificado de Identificação de Madeira e dá outras providências”.

Deputado Marcelino, é um Projeto criando mais uma taxa, criando uma taxa para certificar a madeira, o IDARON certificar as madeiras que saem do Estado de Rondônia. Eu pergunto Deputado Marcelino, Deputado Anderson, quando é que o IDARON tem um laboratório de pessoas capacitadas para poder fazer uma certificação dessa madeira com aval do IBAMA, de uma Lei Federal, porque tem que ter se não você não pode transitar fora do Estado de Rondônia. Então, é mais uma taxa que está sendo proposta para criar, para onerar, aí se fala as empresas. Mas, as empresas que mantêm os empregos e nós não podemos jamais, hoje falei e aí o meu parecer foi contrário a pedido do Deputado Laerte que é o líder desta Casa, pediu então que a gente aprovasse, onde eu aprovei uma série de explicações, uma série de interrogações que nós passamos perguntas para o IDARON para que ele forneça essas informações para que a gente se baseie melhor, mas eu não tenho dúvidas. E aí aproveitando desse momento que nós vamos ter a próxima reunião e já conversando com o pessoal da Associação dos Madeireiros lá de Ariquemes, o Paulo; conversando com a FIERO, que representa todas essas entidades e eles colocaram a situação que se encontram hoje as madeiras, estão com a corda no pescoço, qualquer motivo é motivo para fechar e deixar 20, 30, 40 funcionários na rua. Então nós temos que nesta Casa os Deputados, os 24 Deputados sempre nós temos discutido isso que não vamos criar mais despesas,

o Estado, a população não aguenta mais pagar mais imposto. Então, nós sugerimos através do Requerimento na Comissão hoje, de Redação e Justiça, foi aprovado para que na próxima reunião, na terça-feira, às 10h00, a FIERO venha e exponha a defesa desse Projeto, porque a FIERO representa essas empresas e se possível trazer os Presidentes de Sindicato também para conscientizar, se tiver alguma dúvida, mas eu tenho certeza que os Deputados desta Casa estão contra de criar qualquer despesa a mais para as pessoas que trabalham no Estado de Rondônia, que nós não estamos criando para o empresário não, nós estamos criando é para o povo de Rondônia. Então, esse Projeto de Lei a Mensagem 95 que foi mandada e eu relatei, o meu parecer é contrário, espero que a Redação e Justiça aprove na próxima reunião, mesmo com essas informações que possivelmente o IDARON vai mandar para gente. O IDARON hoje não consegue atender a demanda do setor animal; o vegetal tem que fiscalizar, inclusive a questão da soja, a questão do vazio sanitário e também não tem estrutura. E como que vai fiscalizar e vai dar uma certificação que vai, que tem a validade em todo território nacional. Há um questionamento, eu sei que provocou foi a madeira que está sendo apreendida em Mato Grosso. Mas, lá eles já têm a Lei e mesmo assim eles prendem porque o Estado tem competência para dar um certificado para andar dentro do Estado; não tem competência para dar fora do Estado, se não for em comum acordo com o IBAMA, com os órgãos federais. Então, é criar uma taxa para não acontecer nada, é burocratizar. Buritis, vai ter que vir para Ariquemes porque o IDARON de Buritis não tem e aí talvez monte uma estrutura em Ariquemes, com Machadinho; então, todos os municípios e não justifica. Então, eu gostaria de deixar esta mensagem, que nós não podemos aprovar este projeto.

O Sr. Marcelino Tenório – Deputado Adelino, um aparte.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pois não Deputado Marcelino.

O Sr. Marcelino Tenório – Deputado, quero aqui lhe parabenizar mais uma vez, por Vossa Excelência está sempre preocupado de tudo aquilo que acontece no Estado de Rondônia. Vossa Excelência já fez esse trabalho quando foi nas licenças ambientais na SEDAM que estava um absurdo e foi feito, quem puxou esse projeto que voltou as taxas anteriores, foi vossa Excelência e mais uma vez Vossa Excelência traz para esta tribuna uma defesa muito importante do setor madeireiro; que quando você fala do setor madeireiro, não é só ele, existe aquele que transporta a madeira da mata para sua sede, existe os postos de combustível que vende combustível para os transportadores, existe a energia que o madeireiro também utiliza...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Fábrica de móveis.

O Sr. Marcelino Tenório – Fábricas de móveis, tudo mais. E aí você ao invés de dar agilidade para o setor produtivo, a indústria Deputado Adelino Follador, o governo manda através e a gente às vezes acha que não é nem o Governador, são pessoas que estão ali do lado, querem criar dificuldades e manda esta Lei para que ele possa e chega para ele e fala sem ter ainda discussão com o segmento. Então, Deputado Follador, quero mais uma vez te parabenizar sobre esse posicionamento seu nesse projeto, como eu sempre falei e falo e continuo fa-

lando; o país tem que parar de criar dificuldade para que as pessoas possam trabalhar. Parece que só querem criar Leis Deputado Follador, para poder amarrar cada vez mais e quando amarra você não anda. Eu vou dar o exemplo para vocês aqui quando acontece isso Deputado Follador, o nosso Estado, o nosso país empobreceu, isso nós sabemos. Nossas empresas aqui do agronegócio, que é a NUTRIZON que era a Bigsal, não é mais brasileira; uma é belga suíça e outra americana. Agora, uma empresa chinesa comprou uma das maiores indústrias no Paraná esta semana. Então, todas as nossas grandes indústrias brasileiras, os americanos, os chineses, o japonês e europeu estão comprando elas; nós vamos ser, trabalhar para suprir a necessidade desse país. E porque isso? Porque nesse país Deputado Follador, tudo que se faz, faz errado para poder segurar aqueles que querem desenvolver cada vez mais o seu trabalho. A questão é esta Lei que está sobre a sua relatoria para criar mais dificuldades para que o madeireiro ao invés dele produzir duas carretas por semana, ele vai produzir uma com a maior dificuldade e aí vai ter que dispensar mais trabalhadores. Então, Deputado Follador, meus parabéns mais uma vez com esse segmento que Vossa Excelência tanto defende, que é um segmento muito importante no Estado de Rondônia.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Quero parabenizar Deputado Marcelino, Presidente da Comissão de Redação e Justiça, onde participou hoje, deu todo o apoio para que a gente não votasse esta matéria e que a gente analisasse com carinho, para com certeza não penalizar mais a população. Então, o Deputado Marcelino é um grande Deputado que tem feito a diferença nesta Casa, tem ajudado e para nós é um prazer ouvi as suas palavras. E eu quero também citar um outro assunto que hoje tivemos lá na Secretaria de Agricultura com a presença da EMATER e onde eu fui chamado pelo Secretário Padovani e colocamos a situação do nitrogênio, do hidrogênio, a fábrica de nitrogênio. Como a EMATER, nós na comissão na semana passada, chamamos na semana retrasada tivemos a EMATER expondo as dificuldades, porque que queria fechar a fábrica de nitrogênio e na semana passada, nós tivemos o responsável da usina aqui em Porto Velho e também o responsável de Ouro Preto, onde também colocou as dificuldades e colocou também aquilo que arrecadam o que pode ser feito para melhorar esse atendimento e não fechar. E nós ouvimos os dois lados e hoje o Padovani, nos chamou inclusive o Deputado Lazinho, também estava lá, Deputado Ribamar também chegou depois, e nós fomos dialogar a Emater e a Seagri sobre esse assunto, e eu até parabenizei o Padovani, que ele também foi a nosso favor aonde nós colocamos, eu coloquei bem claro que nós jamais vamos aceitar fechar essa indústria de nitrogênio aqui em Porto Velho, e lá em Ouro Preto, precisamos que continue funcionando, primeiro porque ela está fornecendo de graça para o Lacen, todas as pesquisas que são feitas no Estado de Rondônia, as irmãs Marcelina, Prefeituras recebem de graça esse nitrogênio. E agora, além disso, servimos de termômetro para o preço do mercado, nós sabemos que no Acre é de trinta e cinco a quarenta reais o litro, aqui nós estamos vendendo para a agricultura familiar que é transportada lá via Emater, seis reais, e o restante é vendido para os agricultores que precisam a dez reais, e automaticamente as empresas aqui se obrigam a vender de quinze, de doze reais um pouquinho mais, mas eles não aumen-

tam o preço que está no Acre, o preço que está em Roraima, que fala sessenta reais o litro, porque aqui tem o Estado que está, tem a opção de o pessoal pegar na usina do Estado. Então, além de servir, e ela funciona enxuta Deputado Marcelino, lá em Ouro Preto só tem um funcionário que toca aquela quando funcionava, agora porque a Emater, faz um ano e meio, quase dois anos que não contratam mais, não pagam mais a empresa para dar assistência técnica, então, por isso que está fechada, mas aqui em Porto Velho, está funcionando. Nós tivemos lá fazendo uma visita e precisa trocar uma peça, mas não consegue trocar porque não tem; a empresa não foi mais contratada para fazer a manutenção. Então, nós colocamos em nome da Comissão de Agricultura para o Padovani, para a Emater como que vai funcionar, é o governo que tem que definir a questão, os Procuradores, o Secretário tem que ver. Mas, nós não podemos aceitar fechar essa empresa que foi aberta em 1977, é uma empresa que foi reformada na época do governo Bianco, e está funcionando até hoje, e ela é responsável pela melhoria da genética do gado em Rondônia, de todo o setor produtivo que melhorou, seja o leite, sejam as vacas que estão produzindo o leite hoje, o gado de Rondônia, hoje quem insemina gado em Rondônia, é pobre, se nós acabarmos com a usina aqui em Rondônia, quem vai inseminar gado em Rondônia Deputado Marcelino, vai ser o rico porque vai ficar caro. Então, hoje o pequeno agricultor tem condições de cuidar, e o médio e o grande também têm um preço acessível para ele comprar das indústrias que produzem aqui em Porto Velho. Então, eu quero, ficou definida nesse sentido, a Emater, se ela não tiver condições, ela devolve para a Seagri, e a Seagri vai ver de que maneira vai tocar, então, o importante é que funcione. Como vai funcionar, é o governo que tem que ver. Desde 77 está funcionando; o Dr. Confúcio que é o Governador, o Padovani, que é o Secretário, eles não vão querer carregar nas costas um rótulo de que eles que acabaram com a usina de hidrogênio no Estado de Rondônia, vai ficar muito feio para o Governo do Estado, e também para o Secretário de Agricultura porque se tantos governos passaram aí e todos deram um jeito de tocar e serviu à população o tempo todo, inclusive Machadinho do Oeste, Ariquemes e os hospitais, pegam tudo de graça e é distribuído. Inclusive é minha sugestão e o Padovani, prometeu que vai agilizar a compra de um caminhão Deputado Marcelino, aí pode botar um entreposto em Ariquemes e aí produzir esse hidrogênio e depois abastecer os entrepostos em Ariquemes, Ouro Preto, Ji-Paraná e, os próprios Parques de Exposições, eles podem ficar responsáveis por isso, e aí você abastece e depois mantém, porque hoje tem caminhões que você pode transportar, mas o Estado tem que continuar produzindo, não precisa abastecer o Estado todo não, precisa, dar para atender a agricultura familiar e atender dentro do possível, aquilo que poder atender, mas aí regula o preço também para as empresas que trabalham no Estado de Rondônia, nesse setor. Então, eu quero deixar aqui com certeza a posição, parabenizar a posição do Padovani, no sentido também que comprou a nossa briga e falou que se tem um questionamento até com a empresa a EMATER com a empresa que dava assistência técnica, ele puxando para a agricultura, ele pode abrir um processo pela Secretaria de Agricultura e aí acaba aquela briga da Emater com a empresa de assistência Técnica. Então esperamos que resolva para que não feche, isso é necessário para que continue o nosso gado, a nossa pecuária, seja o pequeno agricultor que tenha uma vaca,

tem gente que fala; ah mais é para favorecer o grande. Não, o gado de Rondônia, a pecuária ela ajuda arrecadar imposto, onde ajuda a saúde, a educação, ajuda, o Estado está se destacando hoje em nível de nacional por causa do setor produtivo. O setor produtivo é faz a diferença em nível nacional, e nós não podemos deixar atrapalhar onde está funcionando, o que está funcionando. Então eu quero deixar aqui essa mensagem hoje, e também rápido antes de terminar dizer que hoje é o dia do geólogo, são os profissionais muito importantes no Estado de Rondônia. Deixar um abraço a todos os geólogos do Estado de Rondônia, dia 30 de maio é comemorado o dia do geólogo. E o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, Agronomia que representa essa categoria desde de 1962 que tem uma lei criada, a lei 4.076 que regulamenta a profissão de geólogo, que é um profissional muito importante em nível nacional e também aqui no Estado de Rondônia. Obrigado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Parabéns deputado Follador pelo seu pronunciamento, esclarecimentos de fatos das atividades agropecuárias aqui do Estado de Rondônia. Com a palavra o deputado Anderson do Singeperon, pelo prazo de vinte minutos, com apertes.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Boa noite a todos, senhor Presidente, a quem eu cumprimento todos os presentes, funcionários da Casa que estão aí para todo o suporte técnico para nós Parlamentares, registrar ainda a presença do nosso amigo sindicalista, Roque, está junto com o seu companheiro aí de luta, parabenizar pela conquista, o projeto de lei que o Governo do Estado enviou para esta Casa concedendo um reajuste que é revisão de inflação, não é nem um reajuste na verdade, corrigindo aí essa disparidade da inflação nosso que vem subindo a cada ano. Mas a nossa fala hoje é a respeito do que vem ocorrendo no sistema penitenciário nacional. Ano passado dados do Ministério da Justiça levantados pelo DEPEN, dentro das carceragens dos presídios do nosso país cerca de quase quatrocentos presos foram brutalmente assassinados dentro das carceragens dos presídios, fora os que ficaram feridos e não vieram a óbito. E com isso além dessas mortes, vem a destruição de cadeias, cadeias que são construídas com o recurso público, cadeias essas que sai dos impostos dos trabalhadores, que sai do orçamento do Estado, que ainda aumenta esse custo caro das prisões do Brasil. Então com isso o que eu quero dizer é que essas pessoas que praticam, esses bandidos, essas facções que vem atuando no sistema carcerário do nosso país, em Rondônia está se iniciando esse processo e tem que ser combatido com mão de ferro essas facções para que elas não venham crescer. Eles não pagam o custo do que é destruído, é uma inversão de valores tão grande que eles quebram tudo, destrói tudo e a conta fica para trabalhador que paga os seus impostos, a conta fica nós pagarmos o que foi destruído. Então nós parlamentares temos que começar a pensar em legislações mais rígidas. E essa Casa pode legislar concorrentemente sobre a questão penitenciária em punir quem pratica esse tipo de crime de degradar o patrimônio público para que ele possa restituir o Estado, para que seja com trabalho, que seja de alguma forma restituir aquele dano através até da sua própria família. Por que o patrimônio foi degradado, e a inversão de valores é que nós que temos que pagar a conta, e eles de forma irresponsável praticam esse ato destruindo essas prisões e depois o Estado tem que pegar o seu

orçamento e gastar para recuperar, o que é um absurdo! Estou falando isso porque recentemente eu estive semanas atrás numa rebelião no presídio Ênio Pinheiro onde eu trabalhei por quase dois anos e nunca tinha visto nos meus 13 anos no sistema prisional uma situação daquele tipo, onde ali os agentes penitenciários, o grupo GAP criado pela Secretaria de Justiça, conseguiu conter aquela rebelião e até uma matança de grande proporção que ia acontecer ali, por que não chega para a sociedade a metade do que estava acontecendo lá dentro. E eu estive lá dentro no momento do fato, pude presenciar a violência que estava ocorrendo ali dentro, e o grupo com muita destreza, inteligência e treinamento conseguiu impedir um massacre de grande proporção porque presos de facções diferentes iam invadir um pavilhão com mais de 100 presos e aí a coisa ia ficar bem difícil, mas o presídio foi destruído tendo que ser agora recuperado, isso vem acontecendo quase que todos os dias e todos os meses no nosso país e nenhuma legislação ainda foi discutida para se corrigir isso. Agora a gente vê vários projetos de ressocialização, vários projetos que não atingem a massa da população carcerária deste país e nem aqui no nosso Estado, nem nos municípios do interior do Estado, nem na capital, que vai recuperar esse apenas, que vai tratar esse apenas, o nosso país ainda não tem a pena de morte então ele vai voltar para o convívio social e não adianta a gente dizer como a sociedade tem aquele sentimento de 'não, deixa que se exploda para lá', não é assim porque eles vão voltar, eles vão voltar e vão voltar piores do que entraram, e esses projetos que são desenvolvidos ou tentam desenvolver dentro do sistema prisional que não tem dado resultado e a recuperação, o índice de recuperação é muito baixo, é o índice que nós temos que melhorar ele e melhorar urgente esse índice para que a gente traga resultado para a sociedade que não está tendo esse resultado, a gente só vai melhorar de uma forma, quando os governantes do nosso país e os governadores dos Estados colocar na sua gestão priorizando o sistema prisional, mas tendo um olhar mais aberto, tendo um olhar mais clínico, não olhando somente o preso porque o preso é um foco. E aí eu vou lembrar. Todos ficaram sabendo da CPI que houve no sistema carcerário na Câmara Federal lá no Congresso Nacional, a CPI que foi com deputados federais visitando várias carceragem de presídio ouvindo especialistas de presídio, de sistema prisional, ouvindo sindicatos, eu ainda estava na atuação sindical pude acompanhar parte dessa CPI e ali nós tentamos algumas vezes com os deputados, com o relator da CPI dar alguns encaminhamentos, encaminhamentos que com certeza não estão vindo de quem não conhece, encaminhamentos que estão vindo de quem está lá dentro todos os dias, diuturnamente lidando com esse sistema, mas nós não fomos ouvidos mais uma vez. Porque existem projetos no Congresso Nacional que nasceram nos leitos da categoria que não é ouvido hoje pelo Congresso Nacional como a PEC 308 e outros projetos que já tramitam na Casa, e recentemente o Senado Federal tentou também fazer uma reforma e está lá tramitando na LEP – Lei de Execução Penal. A Lei de Execução Penal, para quem não conhece, acho interessante conhecer, é a melhor legislação no mundo que trata do sistema prisional e não vai ser reforma que vai mudar a aplicabilidade dela porque ela não é cumprida no que já está, ela não é cumprida. Por que se a Lei de Execução Penal fosse cumprida o preso era recuperado, o sistema prisional valorizava o trabalhador, o trabalhador teria condições de desenvolver a ressocialização ali dentro e daria mais segurança para a sociedade, aí vem o Senado Federal querer fazer uma reforma numa lei que já não é cumpri-

da, é um contrassenso, e quantos governadores dos Estados, Presidente da República não tratar com respeito a categoria do sistema prisional, quem está na ponta todos os dias, ouvindo hoje os dirigentes que estão à frente levando os seus encaminhamentos, as suas demandas este sistema não vai funcionar, vocês podem ter certeza do que eu estou falando porque foi o que mais a gente discutiu dentro do Congresso Nacional, eu ainda como dirigente sindical participando da Federação, da Fenaspem, que nós tentamos dar encaminhamentos e não fomos ouvidos e está aí um sistema caro para os governadores e todo governador reclama do sistema prisional porque ele é caro, essa população está inchando, cada dia mais ela está inchando e aí vem a nossa preocupação porquê que ela está inchando e aí envolvem várias questões, envolve em questão social do nosso país, envolve a estrutura familiar e envolve educação. A educação nossa que também existem vários projetos interessantes, projetos esses que na minha opinião deveria ser mais debatido com a sociedade, com especialistas, com as classes, com os dirigentes para que ele tenha mais eficácia, e hoje são criados projetos sem discutir com as classes e com quem conhece de fato e esses projetos acabam não trazendo resultados, digo isso porque o sistema prisional está inchando e de onde está vindo esse público? Então nós temos que pensar ao longo prazo, o que é que nós vamos fazer com esse sistema para a gente evitar que os jovens de ouro se não vire o bandido de amanhã. E aí a gente ver o Governo Federal editando um decreto, autorizando exército atuar dentro do sistema prisional. Outro erro é ter as fronteiras do nosso país aberta, a droga e a arma entrando dentro do país, fortalecendo essas facções que atuam e tem Estados aí fora que as facções estão atuando não é só dentro dos presídios é fora também, envergonhando o Estado, envergonhando o poder do Estado. As leis têm que ser enrijecidas para punir as lideranças dessas facções e isolando da sociedade, porque quem está sofrendo é quem está lá na ponta. Essa semana, na sexta-feira, eu participei de uma audiência no tribunal de justiça, uma audiência de conciliação o sindicato do sistema prisional deliberou uma greve, uma greve que eu já falei inclusive aqui nesta casa, falei também, onde eu estou; onde eu vou às minhas reuniões que é uma greve justa, é uma greve que já foi dialogado por 06 anos, foram 06 anos de negociação. E os representantes do Governador nesta audiência a que eles falaram é que a categoria do sistema prisional é a categoria que mais ganhou no Governo do Estado. Mas, eles se esquecem que todos os ganhos, tudo o que foi conquistado no sistema prisional, ainda na minha atuação como dirigente daquela categoria, a gente nunca abriu mão de discutir um plano de carreira, um estatuto para uma categoria para dar alicerce para esse sistema, e aí eu volto, porque o sistema prisional de Rondônia é fragilizado. O sistema prisional de Rondônia tem perdido servidores para várias categorias de servidores porque não tem um alicerce, não tem uma estrutura de carreira, e o servidor acaba não vendo um horizonte naquela classe e sai e vai para outras categorias. Então desde quando entramos ali, há 06 anos, nós começamos a pensar ao longo prazo, então sentamos diversas vezes com o Governador, sentamos com os representantes, com a MENP e tentamos fazer o melhor e o Governo sempre dizia para gente lá em 2011, nós estamos aí numa crise, nós precisamos aí ver o que a gente pode ajudar nesse momento para vocês aguardarem mais um pouco, 'não, tudo bem a gente espera, a gente aguarda'. E foram feitos diversos e diversos acordos, alguns cumpridos, outros não cumpridos, alguns executados judicialmente que foi cumprido posteriormente, com

greves de 60 dias, com greve de 05 dias, com greve de 02 dias. Por isso, que eu digo que não é injusto esse movimento, essa mobilização da classe, e alguns até que tem um entendimento que essa classe é uma classe muito exigente e não é, e não é, até por que o encaminamento que foi tentado dar lá no Tribunal de justiça nessa audiência de conciliação foi dar um encaminhamento de até escalonar a proposta que foi construída em 01 ano de diálogo, desde outubro de 2015, que foi para construir a proposta até chegar o dia que chegou no final do ano nessa Casa, uma proposta que não tinha nada haver do que foi construído em 01 ano, não tinha nada a ver com o que foi construído, uma proposta que veio reduzindo o salário dos servidores, feita de forma irresponsável, porque houve um erro de quem fez o cálculo, uma proposta sem texto. É esse sistema prisional, será que o Governo do Estado quer para a nossa sociedade, que não tem alicerce para quem está lá na ponta, que não dá alicerce e aí fica... Quando o sistema penitenciário perde um servidor, vocês podem ter certeza que é um retrocesso porque ele vai para outra categoria, o sistema tem que recuperar, tem que fazer concurso, isso é custoso para o Estado, é caro para o Estado, porque não se trabalhar de uma forma responsável pensando em criar esse alicerce para a gente ter um sistema penitenciário forte. E com muita discussão, com uma audiência que começou dez horas da manhã e acabou 16 horas da tarde, foi conseguiu 60 dias, o Estado propôs depois de muito debatido, muito discutido e eu parabeno o Presidente Sidnei que fez o seu papel de defender, parabeno todo o jurídico do sindicato que se empenhou de forma aguerrida defendendo aquela categoria, ao Dr. Raul; ao Dr. Gabriel Tomazetti; Dr. Jhony; ao Dr. Rabelo, que se empenhou em cima. Daquela ação e defendeu com propriedade com tudo que nós deixamos ali, antes de assumir o mandato nesta Casa, que deu alicerce para aquele debate e conseguimos, depois de toda essa discussão, 60 dias de prazo para o Sindicato voltar a discutir com o Governo do Estado. Mas houve um avanço também, porque eu considero esses 60 dias com a categoria sensata que aceitou a proposta, inteligente essa aceitação da categoria, porque mostra mais uma vez que é a categoria do diálogo, que não é uma categoria radical e nem exigente. É a categoria que quer o melhor para o sistema prisional, que tem dado o sangue ali dentro do sistema, pela sociedade, arriscando as suas próprias vidas, porque isso eu acompanho de perto. E aí houve mais um avanço que foi o quê? O Estado cumprir a lei que ele mesmo criou, que é a implantação de periculosidade e insalubridade para servidores que trabalham com quem não recebe. Até isso tem que se discutir numa audiência de conciliação, com o Estado. É uma lei estadual, uma lei que não é cumprida, mas foi um avanço, porque o servidor só consegue quando aciona o Judiciário. Só dessa forma é que consegue. Por que o Governo não resolve? Se tem uma lei, a lei prevê gratificação, por que o governo não cumpre a lei? E nós, como deputados estaduais, e é o meu compromisso fiscalizar esse cumprimento de lei, principalmente naquilo que tange ao servidor público. E hoje os servidores públicos do Executivo estão amargando 04 anos sem revisão de inflação. Não estou falando de aumento, sem revisão, valorização da moeda. A moeda desvalorizou no País, por conta dessa crise gerada pela classe política deste País, que está envergonhando o Brasil lá fora. Enquanto não resolver essa questão, nós vamos continuar nessa crise. Enquanto não sair do mandato aqueles que estão prejudicando o Brasil e envergonhando ele, nós vamos viver nessa crise. Por isso que eu digo também: Fora Temer! Tem que sair! Tem de sair e tem que dar eleições diretas, a população ter o direito de escolher

os seus representantes para que o Brasil volte a crescer. E eu parabeno os servidores do Judiciário, o Tribunal de Justiça, o Presidente do Tribunal que concedeu os 6%. O Projeto de Lei já está aqui concedendo. Esta Casa vai votar o quanto antes esse Projeto, reconhecendo a valorização do trabalhador. E tudo que for do trabalhador que for para o bem do trabalhador, com certeza esta Casa vai apoiar e vai aprovar esses projetos que trazem o bem do trabalhador, que melhora a sua economia. E fica aí um exemplo de organização financeira para o Governo do Estado olhar com carinho a situação dos servidores do Estado que estão amargando esses 04 anos sem revisão de inflação. Então vamos fazer uma análise e ver que tem ali país de família que tem dado o sangue para a sociedade dentro dos hospitais, dentro das escolas, dentro dos presídios; a Polícia Militar nas ruas, defendendo a sociedade e cada servidor dentro da sua área fazendo este Estado crescer, este Estado desenvolver. E nós só vamos ter um serviço público de qualidade quando os gestores olharem diferente para o trabalhador porque é ele quem atende a sociedade, é ele que protege a sociedade, é ele que atende e é ele que representa o Estado perante a população que paga seus impostos. Então é isso que eu queria dizer e espero que nesses 60 dias esse diálogo avance e que o meu próximo discurso seja elogiando o Governo do Estado pela forma inteligente e responsável que tratou com os servidores, que discutiu de forma séria, de forma responsável, sem mentiras, sem enrolações, mas que dê encaminhamentos para que a gente, o Estado não viva nesta angústia. Eu não gosto que o Estado viva nessa angústia, é greve da Educação, é greve da Segurança, é greve do sistema prisional, é greve da Saúde, é uma angústia. Isso é ruim para a sociedade, isso é ruim para o governante. Mas quando têm gestores que tratam isso com responsabilidade, chamando os dirigentes sindicais para debater, para discutir, para mostrar de forma transparente o que pode ser e o que não pode ser, a coisa flui e a coisa acontece. Então agradeço e uma boa-noite a todos.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Quero aqui parabenizar o Deputado Anderson do Singeperon pelas suas palavras e conhecedor desse segmento que ajuda muito nosso País, que é o setor prisional. Sabemos, Deputado, que a falta de investimento, não só aqui no Estado de Rondônia, mas em todo País, deixa um serviço muito preocupante para aqueles trabalhadores que ficam todo santo dia fazendo seu trabalho de resguardar aquelas pessoas que cometeram os seus crimes ou algumas situações adversas estão ali naqueles presídios. Você sabe muito mais do que eu, Ouro Preto do Oeste com a mesma população de hoje a 20 anos, 20, 25 anos tinha a capacidade do sistema prisional de Ouro Preto, era de 95 detentos e hoje a população tem aproximadamente 200 a 210 detentos naquela penitenciária. Então, o modelo de segurança Deputado Follador nesse País ele está equivocado, ele está esquecendo de conter a base porque a ponta nunca que ele vai resolver, do jeito que está aí não adianta, não consegue resolver Deputado Anderson do Singeperon.

Encerrada as Comunicações de Lideranças. E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar esta Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 31 de maio, no horário regimental, às 09h00, e comunico a Convocação do Diretor do DETRAN, com a finalidade de prestar esclarecimentos quanto ao Projeto de Lei 662/17.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 20h02min).